

## **Documento de trabalho 7b**

### **7.6 Grécia:**

#### Pergunta de 28.3.2000

O deputado ao Parlamento grego, Iordanis Tsamtsis, dirigiu uma pergunta ao Ministro dos Assuntos Internos, do Direito Público e da Descentralização relativamente às actividades da rede de espionagem Echelon na Grécia de que aquele teria conhecimento.

O Ministro dos Assuntos Internos, Leonidas Tsanis, respondeu que a Grécia não participa no sistema Echelon e que, segundo dados fornecidos pelos serviços de informações, não existe na Grécia nenhuma instalação de escuta ao serviço do Echelon. Além disso, afirmou que não havia indícios de que a Grécia tenha sido prejudicada pelo sistema Echelon. Assegurou ainda que o serviço de informações grego iria manter-se atento ao Echelon e que informaria a comissão competente assim que estivessem disponíveis novos dados.

### **7.7 Irlanda**

#### Perguntas de 01.06.2000

Na sessão de 1 de Junho de 2000, o Ministro da Justiça respondeu às perguntas dos deputados Caoimhghin Ó Caoláin e Gomley que desejavam saber se a Irlanda é membro do sistema Echelon, se pretende vir a sê-lo ou se colabora de qualquer outra forma com o sistema.

O Ministro da Justiça O'Donoghue declarou que a Irlanda não é membro de nenhuma rede de informações e que nem pretende vir a sê-lo. Muito embora no Conselho “Justiça e Assuntos Internos” a Irlanda tenha participado nos debates sobre interceptação de telecomunicações subordinados ao tema das redes de informações, nunca o fez no intuito de vir a tornar-se membro de uma tal rede.

### **7.8 Itália**

#### Pergunta de 24.04.1998

Na sessão do Senado, de 24 de Abril de 1998, o deputado Romano Carratelli<sup>1</sup> dirigiu uma pergunta oral sobre o sistema Echelon ao Chefe do Governo.

O Primeiro-Ministro Romano Prodi retorquiu que não seria fácil responder a essa questão, visto tratar-se de uma discussão difícil e pouco transparente. Em seu entender, seria muito difícil concretizar um tal sistema global de interceptação de telecomunicações, atendendo às diferenças existentes a nível das características técnicas dos diversos sistemas de transmissão de dados. No que se refere à existência do sistema Echelon, afirmou que nem ele próprio, nem os ministérios que consultou tinham conhecimento da existência deste sistema de vigilância.

O Primeiro-Ministro Prodi chamou ainda a atenção para o facto de a autoridade competente em matéria de segurança ter adoptado, há já algum tempo, uma política de protecção dos sistemas de transmissão e de informação, designada de Infosec, a fim de proteger, por meio de encriptação e da imposição de processos de segurança, as comunicações sensíveis trocadas entre

---

<sup>1</sup> Sessão nº 346, pergunta nº 3.-02238.

os serviços administrativas e organismos privados que exercem uma actividade de interesse nacional. Tendo-se verificado que os perigos resultavam sobretudo da falta de sensibilização dos funcionários e do incumprimento das normas de segurança, a autoridade nacional competente em matéria de segurança iria realizar um estudo no sentido de providenciar a aplicação correcta das disposições em vigor.

O deputado Caratelli informou o Primeiro-Ministro Prodi de que Luigi Ramponi, antigo director do SISMI, terá dito em entrevista ao jornal "Il Tempo" que o serviço de informações italiano já há muito tempo que tinha conhecimento do sistema Echelon. O Primeiro-Ministro não se pronunciou sobre esta afirmação (ver documento de trabalho 2, ponto 2.7.3.5).

## **7.9 Luxemburgo**

Em relação ao Luxemburgo, o relator não dispõe de quaisquer informações de que tenha sido apresentada alguma pergunta sobre o sistema Echelon.

## **7.10 Países Baixos**

### Pergunta de 18.04.2000

No Parlamento neerlandês, o deputado Halsema apresentou, em 18 de Abril de 2000, uma pergunta ao Governo no intuito de saber se este poderia confirmar a existência do sistema Echelon<sup>1</sup>.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros van Aartsen respondeu que não poderia confirmar a existência do sistema Echelon, uma vez que não era possível detectar as operações de escuta dos serviços secretos estrangeiros. Os países que aplicam medidas de escuta recusam-se a fazer declarações sobre o assunto. Não havendo nenhuma confirmação oficial da existência do sistema Echelon, não valeria a pena prosseguir com as investigações nesta matéria.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros confirmou, porém, que existe cooperação com a agência nacional de segurança norte-americana (NSA) através da troca de informações e da prestação de apoio técnico, mas recusou-se a divulgar mais pormenores sobre este assunto, invocando a confidencialidade das informações específicas sobre a natureza e intensidade desta cooperação, uma vez que dizem respeito a processos actualmente em curso. O Ministro dos Negócios Estrangeiros confirmou ainda que o "centro de informações técnicas" (TIVC) do serviço secreto da marinha de guerra intercepta comunicações internacionais. As informações obtidas por este meio não são, no entanto, transmitidas a empresas neerlandesas.

## **7.11 Áustria**

### Pergunta de 16.04.1998

Em 16 de Abril de 1998, os deputados Barmüller e Kier dirigiram uma pergunta escrita sobre o Echelon ao Ministro federal dos Assuntos Internos<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Tweede Kamer der Staten-Generaal, vergardjaar 1999-2000, Aanhangel; cf. van Buuren, O Governo neerlandês não pode confirmar a existência do sistema Echelon, 20.4.2000;

<http://www.heise.de/tp/deutsch/special/ech/6751/1.html>

<sup>2</sup> 4316/J XX. GP, pergunta dos deputados Thomas Barmüller e Volder Kier et al dirigida ao Ministro federal dos Assuntos Internos sobre informações relativas a actividades de intercepção de telecomunicações desenvolvidas pela National Security Agency na Europa.

O Ministro dos Assuntos Internos, Karl Schlögl, explicou que, em termos gerais, tinha conhecimento dos sistemas de vigilância da NSA referidos no relatório STOA. No que respeita à declaração proferida por um membro do seu Governo de que “não haveria nada a fazer”<sup>1</sup>, comentou que, em princípio, todas as conversas telefónicas ou outro tipo de transmissões de dados via satélite ou por feixes hertzianos são passíveis de escuta. Assim sendo, a única forma de proteger os dados contra intercepções é proporcionada pela respectiva encriptação.

Relativamente às investigações em curso na Direcção-Geral de Segurança Pública cujo objectivo consiste em esclarecer se as entidades austríacas alguma vez foram ou são, efectivamente, alvo deste tipo de acções de escuta, o Ministro respondeu que, até à data, os inquéritos iniciados ainda não conduziram a quaisquer resultados concretos.

Confrontado com a questão sobre se o Echelon terá sido alguma vez objecto de debate nas conversações sobre a intercepção de telecomunicações ao nível da União Europeia, o Ministro respondeu que os documentos STOA não foram debatidos nem analisados em nenhum dos grupos de trabalho do Conselho constituídos no âmbito do terceiro pilar.

#### Pergunta de 26.11.1998

Em 26 de Novembro de 1998, o deputado Van der Bellen dirigiu uma pergunta urgente ao Ministro dos Assuntos Internos sobre os poderes de intercepção das autoridades competentes em matéria de segurança. Numa das suas perguntas questionava se o Governo federal austríaco teria conhecimento de que a intercepção de telecomunicações austríacas é feita a partir de um estabelecimento técnico sito em Bad Aibling.

O Ministro dos Assuntos Internos, Karl Schlögl, respondeu que, segundo informações divulgadas pela comunicação social, existe um estabelecimento da NSA em Bad Aibling, na Baviera. No entanto, não tinha conhecimento de que é possível interceptar telecomunicações austríacas a partir desse local.

### **7.12 Portugal**

O relator não tem conhecimento de que em Portugal tenha sido apresentada alguma pergunta sobre o sistema Echelon.

### **7.13 Suécia**

#### Pergunta de 21.03.2000

Em 21 de Março de 2000, a deputada Alice Aström dirigiu uma pergunta ao Governo sueco, na qual pretendia saber de que forma o Governo lida com a ameaça que o sistema Echelon representa para a integridade das pessoas e empresas suecas e que medidas pretende adoptar para proteger os interesses suecos contra a vigilância levada a cabo pelo Echelon. Além disso, perguntava se o Governo pretendia encetar acções de cooperação com os países pertencentes à ONU com o intuito de assim garantir aos indivíduos e às empresas uma protecção internacional contra escutas.

A Ministra da Justiça Freivalds respondeu que, na Suécia, a protecção estaria salvaguardada em suficiente medida por meio de disposições em matéria penal, mas que seria substancialmente mais difícil proteger contra escutas as comunicações que atravessam as fronteiras do país, uma

---

<sup>1</sup> Citação do "Wirtschaftsblatt", de 14 de Janeiro de 1998, no artigo "EUA realizam espionagem económica a nível mundial".

vez que nesses casos era necessário confiar na legislação dos outros países e apostar na cooperação internacional.

Além disso, explicou que na Suécia existe o serviço de informações (militares) FRA que realiza espionagem por sinais eléctricos. As possibilidades de actuação deste serviço estão, porém, claramente regulamentadas, além de ser exclusivamente utilizado para fins associados à política de segurança e de defesa sueca.

Independentemente disso, é sabido que muitos países realizam espionagem de sinais eléctricos a título individual ou em cooperação com outros países. Desde que tais actividades sejam desenvolvidas no território nacional do país, em águas internacionais ou a partir do espaço não é possível proibi-las.

Por essa razão, é importante prestar especial atenção à chamada cooperação Echelon, uma vez que supostamente é utilizada para fins comerciais e, além disso, existem receios de que a recolha de informações implique uma violação da integridade das pessoas. Caso tal venha a comprovar-se, a Suécia terá de defender os direitos das pessoas e das empresas. A Ministra chamou a atenção para a importância de promover o diálogo internacional nesta matéria, no âmbito do qual caberá também definir para que fins uma tal recolha de dados poderá afigurar-se justificada e, por conseguinte, ser autorizada.

## **7.14 Espanha**

### **Pergunta de 21.01.1999**

No Congresso dos Deputados espanhol foi dirigida, em 27 de Janeiro de 1999, uma pergunta escrita<sup>1</sup> ao Governo sobre se este terá adoptado medidas no sentido de prevenir a espionagem através do sistema Echelon.

Na sua resposta de 15 de Fevereiro, o Secretário de Estado responsável pelas relações com os diversos parlamentos declarou que o relatório STOA não estaria integralmente disponível, pelo que não seria possível analisar as medidas que deverão ser tomadas para impedir a alegada espionagem industrial. Uma das medidas essenciais a adoptar em relação a qualquer tipo de comunicação sensível consiste na respectiva encriptação. Uma vez que neste momento não existe qualquer legislação internacional que proíba a interceptação de comunicações internacionais, uma das soluções possíveis passaria pela elaboração de um código de conduta sobre a ética na utilização de todo o tipo de sistemas de telecomunicações, sobre o respectivo controlo e interceptação. Seria desejável chegar-se a um consenso quanto à adopção de uma convenção internacional sobre o controlo das telecomunicações para que sejam criadas normas e limitações no que se refere aos alvos que poderão ser objecto de espionagem, tendo plena consciência das dificuldades que se colocam no âmbito do controlo do complexo mundo das telecomunicações.

## **7.15 Reino Unido**

### **Perguntas de 7.5.1998, 1.11.1999 e 4.5.2000**

Na Câmara dos Comuns do Reino Unido foram dirigidas várias perguntas sobre o Echelon ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, Robin Cook, às quais este recusou responder invocando como motivo o facto de há muitos anos existir a prática de não se

---

<sup>1</sup> Pergunta escrita 184/024368, de 10 de Fevereiro de 1999, com resposta de 5 de Março de 1999.

responder a suposições sobre pormenores de operações de recolha de informações<sup>1</sup> ou a especulações sobre alegadas operações de recolha de informações<sup>2</sup>, nem de se pronunciar sobre alegados sistemas de vigilância<sup>3</sup>.

#### Pergunta de 14.06.1999

Além disso, em 14 de Junho de 1999, foi dirigida uma pergunta escrita ao Primeiro-Ministro Tony Blair<sup>4</sup> sobre como teriam as Instituições comunitárias explicado ao Governo a utilização do sistema Echelon e se pretendia pronunciar-se sobre este assunto. A resposta foi um claro e rotundo «não».

---

<sup>1</sup> Perguntas parlamentares escritas - Relatório Oficial dos Debates Parlamentares da Câmara dos Comuns, de 7 de Maio de 1998, 311c489W.

<sup>2</sup> Perguntas parlamentares escritas - Relatório Oficial dos Debates Parlamentares da Câmara dos Comuns, de 1 de Novembro de 1999, 337c31W.

<sup>3</sup> Relatório Oficial dos Debates Parlamentares da Câmara dos Comuns, respostas escritas, de 4 de Maio de 2000 (ponto 5).

<sup>4</sup> Perguntas parlamentares escritas - Relatório Oficial dos Debates Parlamentares da Câmara dos Comuns, de 14 de Junho de 1999, 333c16W.